

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Fernanda Maria Castro de Souza

Cartografia Institucional das Reestruturações no Sistema Estadual de Extensão Rural na  
Região Sudeste do Brasil

Buri

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

Fernanda Maria Castro de Souza

Cartografia Institucional das Reestruturações no Sistema Estadual de Extensão Rural na  
Região Sudeste do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência parcial para a obtenção do grau  
de Bacharel em Engenharia Agrônômica na  
Universidade Federal de São Carlos.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Borsatto Serra

Buri

2025


FERNANDA MARIA CASTRO DE SOUZA

CARTOGRAFIA INSTITUCIONAL DAS REESTRUTURAÇÕES NO SISTEMA ESTADUAL DE  
EXTENSÃO RURAL NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em  
Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal  
de São Carlos.


Aprovado em: 26 / 11 / 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **RICARDO SERRA BORSATTO**  
Data: 28/11/2025 15:15:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (Orientador)  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Documento assinado digitalmente  
 **ANDRE DE CAMARGO MACEDO**  
Data: 27/11/2025 00:29:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Me. André de Camargo Macedo  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Documento assinado digitalmente  
 **CAROLINA RIOS THOMSON**  
Data: 26/11/2025 20:23:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dra. Carolina Rios Thomson  
Universidade de Brasília (UnB)

## RESUMO

O trabalho analisa o processo histórico de formação, consolidação e reestruturação das instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos estados da Região Sudeste do Brasil, com foco na trajetória da EMATER-MG, EMATER-RIO, INCAPER-ES e CATI-SP. Realizou-se uma análise documental e bibliográfica, abrangendo legislações estaduais, relatórios institucionais, memoriais históricos e publicações acadêmicas que tratam da evolução da extensão rural no país. A partir da criação das primeiras Associações de Crédito e Assistência Rural, nos anos 1940 e 1950, passando pela coordenação nacional exercida pela ABCAR e posteriormente pela EMBRATER, que foi extinta em 1989, marcando um ponto de inflexão, gerando desarticulação sistêmica e exigindo que cada estado reconfigurasse de forma autônoma sua estrutura de ATER, o que resultou em arranjos distintos na região Sudeste. Minas Gerais conseguiu manter continuidade institucional, consolidando uma rede estável de escritórios e metodologias participativas. No Espírito Santo, a integração entre pesquisa e extensão deu origem ao Incaper, considerado hoje um modelo de articulação entre geração e transferência de tecnologias. São Paulo estruturou um sistema próprio, através da CATI, priorizando a descentralização e o apoio técnico municipal. Já o Rio de Janeiro apresentou um percurso marcado por instabilidades político-administrativas, fusões e mudanças de vinculação. Conclui-se que, embora a extensão rural permaneça estratégica para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial, sua efetividade atual depende de financiamento estável, políticas de Estado e valorização do corpo técnico, pois os sistemas estaduais ainda refletem as desigualdades e rupturas históricas que marcaram sua formação.

**Palavras-chave:** extensão rural; assistência técnica; políticas públicas; agricultura familiar; Sudeste.

## ABSTRACT

The work analyzes the historical process of formation, consolidation, and restructuring of public Institutions of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) in the states of the Southeast Region of Brazil, focusing on the trajectory of EMATER-MG, EMATER-RIO, INCAPER-ES, and CATI-SP. A documentary and bibliographic analysis was carried out, covering state legislation, institutional reports, historical memorials, and academic publications that address the evolution of rural extension in the country. From the creation of the first Rural Credit and Assistance Associations in the 1940s and 1950s, through the national coordination carried out by ABCAR and later by EMBRATER, which was dissolved in 1989, marking a turning point, generating systemic disarticulation and requiring each state to autonomously reconfigure its ATER structure, which resulted in different arrangements in the Southeast region. Minas Gerais managed to maintain institutional continuity, consolidating a stable network of offices and participatory methodologies. In Espírito Santo, the integration between research and extension gave rise to Incaper, which is considered today a model of articulation between technology generation and transfer. São Paulo structured its own system through CATI, prioritizing decentralization and municipal technical support. Meanwhile, Rio de Janeiro experienced a path marked by political-administrative instabilities, mergers, and changes in affiliation. It is concluded that, although rural extension remains strategic for family farming and territorial development, its current effectiveness depends on stable funding, state policies, and the appreciation of the technical staff, since state systems still reflect the historical inequalities and disruptions that marked their formation.

**Keywords:** rural extension; technical assistance; public policies; family farming; Southeast.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- AIA – American International Association for Economic and Social Development
- ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATEs – Agentes de Assistência Técnica Educacional
- BCAES – Carteira Agrícola do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo
- Calir - Centro de Atualização de Lideranças Rurais
- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CDRS – Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEE – Centro de Ensino de Extensão
- DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- EMATER RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMCAPA – Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária
- EMESPE – Empresa Espírito-Santense de Pesquisa em Pecuária
- ETA – Projeto Técnico de Agricultura
- IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
- IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IIBA - Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
- IIFA - Imperial Instituto Fluminense de Agricultura
- INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MARA – Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDE – Programa de Desenvolvimento Empresarial

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de ATER

PPAIS – Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de ATER

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SEAPPA – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro

SEDIPAF – Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional, Interior, Pesca e Agricultura Familiar

SIBER – Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>12</b>
2.1 HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL.....	12
2.2 EMPRESAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL DO SUDESTE.....	18
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
3.1 PESQUISA DOCUMENTAL .....	21
3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	21
3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE.....	22
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>23</b>
4.1 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER-MG) .....	23
4.2 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO) .....	26
4.3 INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER) .....	30
4.4 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI).....	35
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A extensão rural é fundamental no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, tem um papel crucial na promoção de inovações tecnológicas, práticas agroecológicas e fortalecimento da economia de diversos segmentos do meio rural, especialmente da agricultura familiar. No decorrer dos anos, tem sido uma importante conexão entre a pesquisa agropecuária e os produtores rurais, a fim de disseminar conhecimentos, orientações, capacitações e assistência técnica, visando melhorar a produção agrícola, a qualidade de vida no campo e a preservação ambiental (Milagres, 2023).

A trajetória da extensão passa por mudanças e adaptações de longa duração, especificamente em suas formas mais modernas, sistematizadas e institucionalizadas. Historicamente, o termo “extensão” foi originado por prestigiosas universidades da Inglaterra no século XIX com palestras itinerantes, que passaram a incluir temas agrícolas voltados à população rural (Jones, 1997).

Contudo, existem antecedentes históricos que trazem o conceito de transmissão de conhecimento agrícola bem antes do século XIX. Civilizações como a mesopotâmica (cerca de 1800 a.C.), através de tábuas de argila, já disseminavam conselhos práticos a agricultores (como irrigação e controle de roedores), visando preservar sua produtividade e base tributária. Na Grécia, Roma Antiga e China Antiga, surgiram textos agrícolas baseados em conhecimento prático, com finalidades consultivas e voltadas à melhoria de técnicas agrárias (Jones, 1997).

A evolução da extensão rural desenvolveu-se de formas rudimentares para sistemas mais formais, e Jones evidencia esse processo a partir de três condições fundamentais: (i) existência de conhecimento sistematizado; (ii) agentes capacitados para disseminá-lo; (iii) estruturas institucionais com respaldo legal que legitimassem essa disseminação. Levando em consideração, que em todo este processo, houve situações críticas na história, onde a disseminação de conhecimento agrícola foi imprescindível, principalmente relacionadas a fome, solo e economia. Surge todo um conjunto de causas ao longo da história e a necessidade da organização do trabalho de extensão.

Em termos de formalização e extensão, a grande fome da batata na Irlanda entre os anos de 1845 e 1851, onde o vice-rei nomeou instrutores práticos que percorriam distritos para ensinar técnicas alternativas de cultivo, pode ser considerada uma das primeiras formas oficiais de serviço extensionista moderno. Esse modelo se espalhou pela Europa e Estados Unidos,

culminando na Lei Smith-Lever de 1914, que formalizou um sistema extensionista cooperativo federal, estadual e local, com foco em difusão de informações agrícolas e economia doméstica por meio de colégios agrícolas (Jones, 1997).

Ao longo do século XX, os serviços de extensão cresceram, se burocratizaram e se profissionalizaram dentro de estruturas estatais e educacionais, muitas vezes conectadas a estações experimentais e instituições de pesquisa. Dessa forma, a extensão rural pode ser entendida como:

1. Processo educativo de comunicação de saberes ao meio rural, capacitando o produtor – distinto da assistência técnica, que resolve problemas pontuais sem promover aprendizado duradouro.
2. Instituição ou organização, referindo-se aos órgãos públicos, cooperativas e ONGs que executam o serviço.
3. Política pública, isto é, o conjunto de diretrizes e estruturas legais que orientam sua execução; no Brasil, predominou o modelo público e gratuito destinado à agricultura familiar.

Esse triplo sentido (processo, instituição e política) interage: as políticas públicas definem os modelos, que se refletem nas instituições, e são concretizados por processos que utilizam métodos individuais, grupais e massais para transmitir conhecimentos e promover o desenvolvimento rural. O extensionista rural assume papel-chave, atuando como mediador entre políticas e produtores, visando sustentabilidade, inclusão social e autonomia no campo (Peixoto, 2008).

No Brasil a extensão rural passou por profundas transformações institucionais nas últimas décadas, com efeitos diretos sobre o alcance, a qualidade e a continuidade dos serviços prestados às famílias agricultoras e aos demais públicos do meio rural. Desde a década de 1990, em especial após o processo de desestruturação do antigo sistema nacional coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), os estados assumiram caminhos próprios, ora promovendo fusões e integrações com órgãos de pesquisa, ora extinguindo, reconfigurando ou municipalizando estruturas, ora mantendo empresas ou coordenadorias com ajustes incrementais (Peixoto, 2008).

Apesar da centralidade dessas mudanças para entender a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no território, inexistiu um levantamento sistemático, histórico e

territorializado que integre dados sobre tais reestruturações no âmbito estadual, inclusive na Região Sudeste do Brasil — foco deste trabalho. Essa lacuna motiva a presente pesquisa, que propõe uma cartografia institucional das reestruturações no sistema estadual de extensão rural no Sudeste, cobrindo os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A importância de estudar essas reestruturações se justifica por algumas razões. Primeiro, do ponto de vista das políticas públicas, a ATER influencia a adoção tecnológica, a gestão produtiva e econômica, a organização social e o acesso a mercados e crédito, afetando produtividade, renda e resiliência socioambiental no meio rural (IBGE, 2019).

Segundo, há um descompasso persistente entre a importância estratégica da ATER e sua cobertura efetiva. O Censo Agro 2017 indica que apenas cerca de 20% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros declararam receber orientação técnica, com fortes assimetrias regionais e participação variável dos provedores públicos, cooperativos e privados. Mesmo no Sudeste, região com presença relativa considerável de ATER pública, os percentuais seguem aquém do desejável diante da centralidade da agricultura familiar e da diversidade de sistemas produtivos (Alvez, 2018). Esses indicadores reforçam a relevância de compreender como a capacidade institucional foi reconfigurada nos estados ao longo do tempo.

Por fim, do ponto de vista acadêmico, falta um mapeamento histórico e comparativo das transformações institucionais estaduais. Uma cartografia institucional pode preencher essa lacuna, permitindo compreender mudanças organizacionais e seus efeitos sobre a governança da ATER no território brasileiro (Bergamasco *et. al*, 2017).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

As origens da Extensão Rural no Brasil, podem ser identificadas ainda no século XIX, mesmo antes da criação de um sistema formal de extensão. Ações com foco na difusão de informações, pesquisa e ensino agropecuário já podem ser observados na história, quando o Estado começou organizar institutos agrícolas, fazendas-modelo e escolas de agricultura (Peixoto, 2008).

Entre 1859 e 1860 existem registros que regulamentavam as instalações e atividades de quatro institutos imperiais na Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro. A criação dos institutos agrícolas visava promover o aperfeiçoamento da agricultura por meio da introdução de princípios científicos, de novas técnicas e da utilização de máquinas e instrumentos no campo. Além da exposição de produtos agropecuários, concursos e publicações científicas. Indiretamente, também sugeriam alternativas ao trabalho escravo, como a adoção de máquinas e a inserção de imigrantes nas lavouras (Peixoto, 2008).

No mesmo período, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que posteriormente foi recriada pelo Governo de Affonso Pena, como Ministério dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, ampliando e incorporando as funções da secretaria, agora com a necessidade de modernização e racionalização das funções administrativas (Peixoto, 2008).

O instituto do Rio de Janeiro – Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) fundado em 1860 se tornou uma das instituições pioneiras no Brasil voltado a pesquisa, ensino e difusão de práticas agrícolas, sendo composto por fazendas experimentais, o importante Asilo Agrícola voltado ao amparo de órfãos, até mesmo, responsável pela administração do Jardim Botânico. Outro instituto que se destaca é o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) implantado em São Bento das Lages em 1874, por ser a primeira instituição voltado a pesquisa e ensino superior agropecuário do país (Bediaga, 2016).

No início do século XX com o Decreto nº 8.319/1910, de fato foi regulamentado o ensino agrônômico, com a implantação de diversas escolas nos níveis básico, médio e superior. Surgiram dispositivos como cursos ambulantes, consultas agrícolas e campos de demonstração, considerados por muitos autores como formas embrionárias de extensão rural (Peixoto, 2008). O grande objetivo dessas iniciativas era aproximar o conhecimento técnico das demandas dos

produtores rurais, embora ainda muito direcionadas às elites agrárias e ao interesse de ampliar a produtividade das culturas exportadoras (Bergamasco *et. al*, 2017).

Em 1926, foi fundada a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Viçosa em Minas Gerais, referência no ensino agropecuário. E em 1929, foi realizada a primeira Semana do Fazendeiro, considerada a primeira ação referencial de Extensão Rural no país, com diversos cursos, palestras, com objetivo de promover a extensão de forma prática (Peixoto, 2008).

O Decreto-Lei nº 7.449/1945, instituído no governo Vargas, organizou a vida rural ao determinar a criação obrigatória de associações rurais em cada município, subordinadas ao Ministério da Agricultura e atuando como órgãos técnicos e consultivos. Essas associações tinham funções extensionistas, como difundir conhecimentos agropecuários, promover aprendizagem, padronizar produtos e organizar feiras (Bergamasco *et. al*, 2017).

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 8.127/1945 reforçou suas atribuições, prevendo serviços de assistência técnica, social e de higiene, além de ensino profissional, organizando-as em federações estaduais e na Confederação Rural Brasileira (Peixoto, 2008).

Na década de 1950, o número de associações cresceu significativamente, sobretudo em Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul, configurando-se também como estratégia de contenção à sindicalização rural. Paralelamente, em 1949 surgiram as Missões Rurais de Educação, inspiradas em experiências mexicanas, mas de curta duração, das quais resultou a Campanha Nacional de Educação Rural entre os anos de 1952 e 1963, que apesar de manter várias missões, obteve resultados limitados no desenvolvimento local (Peixoto, 2008).

O marco inicial dos serviços institucionalizados de extensão rural ocorreu em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Essa iniciativa contou com incentivos da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), vinculada a cooperações com os Estados Unidos, e consolidou o modelo de crédito orientado associado à assistência técnica (Peixoto, 2008). A lógica era oferecer financiamento para pequenos produtores, condicionado à adoção de práticas recomendadas pelos técnicos extensionistas.

Em 1954, Juscelino Kubitschek firmou um acordo com o governo dos Estados Unidos, dando origem ao Projeto Técnico de Agricultura (ETA), com o objetivo de promover a

cooperação técnico-financeira para a implementação de iniciativas de desenvolvimento rural. Entre essas ações, destacou-se a coordenação nacional das atividades de extensão rural. Nos anos seguintes, ETAs foram estabelecidos em diversos estados, servindo, em muitos casos, como base inicial para a criação de cada ACAR em suas respectivas unidades federativas (Bergamasco *et. al*, 2017).

O sucesso da experiência mineira estimulou a criação de outras associações estaduais nos anos seguintes, como a ANCAR no Nordeste, inicialmente com sedes em Pernambuco, Ceará e Bahia, e a ASCAR no Rio Grande do Sul. Embora inspiradas no modelo norte-americano, as ACARs seguiram um caminho distinto no Brasil. Aqui, acumularam as funções de assistência técnica e intermediação financeira, diferindo dos Estados Unidos, onde a extensão estava ligada às universidades e o crédito obtido junto aos bancos (Bergamasco *et. al*, 2017).

Essa combinação deu origem ao chamado crédito orientado, no qual os financiamentos eram acompanhados por técnicos que avaliavam as necessidades das famílias rurais e podiam autorizar tanto a compra de insumos agrícolas quanto melhorias nas habitações (Bergamasco *et. al*, 2017).

Além dessas ações ligadas ao crédito e à produção, o sistema de extensão também incorporou iniciativas voltadas à formação da juventude rural. Nesse período, foram criados clubes de jovens no campo, inspirados em experiências internacionais, que tinham como objetivo estimular práticas agrícolas, valores comunitários e hábitos de organização e higiene. Considerados um braço pedagógico da extensão, esses clubes desempenharam papel relevante na difusão de inovações e na formação das novas gerações até os anos 1980 (Souza, 2015).

Nesse sentido, destacam-se que iniciativas como tais clubes reforçaram o caráter social e educativo da extensão, contribuindo para consolidar sua identidade institucional no Brasil (Bergamasco *et. al*, 2017).

Para coordenar nacionalmente essas iniciativas, foi criada em 1956 a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Esse organismo federal assumiu a função de articular o chamado Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), que se expandiu nas décadas seguintes. Até o ano de 1974 já estavam criadas vinte e três ACARs (Peixoto, 2008).

Nos anos 1960, a política de extensão rural passou por importantes transformações. Em 1962 foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), responsável pelo

ordenamento fundiário e ações complementares de assistência técnica, mas logo extinta em 1964 pelo Estatuto da Terra, que instituiu o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) (Peixoto, 2008).

Apesar dessas mudanças institucionais, a execução da assistência técnica e extensão rural continuou concentrada no Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), fortalecido pelo apoio financeiro federal e pela vinculação ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e assim, em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), substituindo o INDA e IBRA (Peixoto, 2008).

Esse período foi representado por uma maior centralização das decisões e um deslocamento metodológico: o antigo humanismo assistencialista, que privilegiava a melhoria das condições de vida das famílias rurais, foi substituído pelo difusionismo produtivista, centrado na modernização agrícola e no aumento da produtividade da terra e do trabalho (Bergamasco *et. al*, 2017).

A reforma agrária, por sua vez, limitou-se a projetos de colonização em áreas de fronteira, enquanto a agroindústria e a política de preços mínimos receberam amplo incentivo (Bergamasco *et. al*, 2017).

Nesse contexto, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972, consolidou-se a política de modernização agrícola baseada em pacotes tecnológicos (sementes, insumos, mecanização). Para difundir esses pacotes, tornou-se necessário reestruturar o sistema de extensão (Bergamasco *et. al*, 2017).

Em 1974, a ABCAR foi transformada na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), vinculada ao Ministério da Agricultura. A EMBRATER foi instituída como empresa pública de economia mista, assumindo de forma plena a coordenação nacional da extensão, e que de forma integrada a EMBRAPA deve apoiar financeiramente instituições estaduais atuando em ATER e de pesquisa agropecuária (Bergamasco *et. al*, 2017).

Paralelamente, instituiu-se o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), composto pela EMBRATER e pelas Empresas Estaduais de Extensão (EMATERs), criadas em substituição ou reorganização das antigas associações (Peixoto, 2008).

A criação da EMBRATER e do SIBRATER marcou a estatização e centralização definitiva da extensão rural, garantindo capilaridade nacional por meio das EMATERs estaduais. Esse

modelo fortaleceu a extensão como política pública estatal e alinhou-a à modernização agrícola. No entanto, a forte dependência financeira da União reduziu a autonomia dos estados, e a articulação com a EMBRAPA mostrou-se frágil, limitando a integração entre pesquisa e extensão. Assim, a extensão passou a se concentrar na difusão de pacotes tecnológicos, deixando em segundo plano iniciativas sociais e educativas (Bergamasco *et. al*, 2017).

Ainda no fim da década de 70, surgiram movimentos que criticavam a falta de sustentabilidade ambiental e socioeconômica em decorrência ao modelo modernizador. Já na década de 80 a EMBRATER chegou a incorporar um modelo de desenvolvimento rural com iniciativas ecológicas e sociais, mas foi um período de muitos debates (Peixoto, 2008).

Nos últimos anos da década, o governo federal cogitou a fusão entre EMBRAPA e EMBRATER, mas enfrentou forte resistência de técnicos e sindicatos. Em 1989, um decreto chegou a extinguir a empresa, decisão revertida após pressão social, mas em 1990 o governo Collor efetivou a extinção definitiva da EMBRATER, no contexto da reforma administrativa e da redução de gastos públicos (Bergamasco *et. al*, 2017).

A extinção da EMBRATER significou o desmonte do SIBRATER e provocou uma onda de reconfigurações institucionais nos estados, deixando as EMATERs sem apoio técnico e financeiro. Isso enfraqueceu drasticamente a extensão rural no país, pois os estados passaram a depender de recursos próprios e da capacidade de articulação local, o que gerou fortes desigualdades regionais. Ao mesmo tempo, emergiram novos atores – ONGs, sindicatos, cooperativas e empresas privadas – que passaram a prestar serviços de ATER, geralmente vinculados a projetos específicos e temporários (Peixoto, 2008).

Logo após a extinção da EMBRATER, foi criado em 1990 a Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), que incorporou a responsabilidade pela política de extensão. Dentro dele, foi organizada a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que buscava coordenar ações voltadas ao meio rural. A SDR, entretanto, enfrentava escassez de recursos e ausência de um sistema nacional estruturado, o que limitava seu alcance (Peixoto, 2008).

No final da década de 1990, o governo reorganizou a estrutura e criou, em 1994, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), que passou a ser o órgão responsável pela coordenação nacional da extensão, atuando por meio de convênios com estados e organizações da sociedade civil. Apesar dos avanços institucionais, a falta de

financiamento contínuo e a alta dependência de projetos e programas específicos mantiveram a fragilidade do setor (Peixoto, 2008).

Em 1999, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com foco específico na agricultura familiar e na reforma agrária, em contraste com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), voltado ao agronegócio. No interior do MDA estruturou-se a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), responsável por coordenar políticas para esse público. Dentro da SAF, o DATER permaneceu como órgão técnico, encarregado de planejar e acompanhar as ações de ATER em nível nacional (Bergamasco et. al, 2017).

O primeiro grande marco foi a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, ainda antes do MDA, oferecendo crédito rural subsidiado para agricultores familiares. Nos anos 2000, iniciou-se um processo de reconstrução institucional da extensão rural e já com o MDA estruturado, foi lançada a Política Nacional de ATER (PNATER) em 2004, construída de forma participativa e introduzindo princípios como descentralização, pluralismo institucional, sustentabilidade e adotando um enfoque de desenvolvimento rural mais amplo (Peixoto, 2008).

Para operacionalizar a PNATER, o PRONATER (Programa Nacional de ATER) foi lançado em 2005, detalhando diretrizes de execução, financiamento e credenciamento de entidades prestadoras de ATER. Em 2010, a Lei nº 12.188 deu respaldo legal a essa política, consolidando a PNATER e o PRONATER no ordenamento jurídico (Bergamasco et. al, 2017).

Por fim, em 2013 foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com o objetivo de retomar a articulação nacional de forma mais estável e profissionalizada. A ANATER buscou atuar como elo entre o governo federal, as EMATERs estaduais, a EMBRAPA e outros atores da sociedade civil, promovendo a integração entre pesquisa e extensão e ampliando a capilaridade do sistema. Ainda assim, a agência nasceu em um contexto de disputa de interesses e enfrentou dificuldades para consolidar sua atuação, visto também, que o modelo proposto não foi bem aceito principalmente, pelas tecnologias desenvolvidas não se ajustarem a realidade da agricultura familiar (Bergamasco et. al, 2017).

De modo geral, desde a extinção da EMBRATER, a trajetória da extensão rural brasileira foi marcada por um período de desarticulação e crise nos anos 1990, quando os estados assumiram, de forma desigual, a manutenção dos serviços. Nos anos 2000, iniciou-se um processo de reconstrução institucional, pautado pela valorização da agricultura familiar, pela

incorporação de novos atores e pela formulação de políticas nacionais de referência. Esse movimento resultou na criação da ANATER, como tentativa de retomar a coordenação federal da ATER (Bergamasco et. al, 2017).

Apesar desses avanços, o setor ainda enfrenta entraves importantes, como restrições orçamentárias, desigualdades regionais e instabilidade institucional. O cenário atual evidencia, ao mesmo tempo, a relevância estratégica da extensão rural para o desenvolvimento sustentável do país e os desafios de assegurar sua continuidade e efetividade em âmbito nacional (Bergamasco et. al, 2017).

## 2.2 EMPRESAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL DO SUDESTE

A Região Sudeste do Brasil possui quatro principais instituições públicas responsáveis pela execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): EMATER-MG, EMATER-Rio, Incaper-ES e CATI-SP. Apesar de compartilharem objetivos semelhantes, como promover o desenvolvimento rural sustentável, fortalecer a agricultura familiar e difundir tecnologias, essas empresas apresentam diferenças estruturais, históricas e organizacionais.

A tabela a seguir sintetiza as principais características dessas instituições, destacando sua área de atuação, estrutura, número de funcionários e principais programas desenvolvidos.

TABELA 1 – Empresas Públicas de Extensão Rural da Região Sudeste

Instituição	Descrição	Principais Ações	Estrutura e Alcance	Número de Funcionários
EMATER-MG	Primeira empresa de extensão rural fundada no Brasil, em 1948. Vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais	Assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores. Programas de capacitação, apoio ao cooperativismo, agroindústria familiar e comercialização da produção rural.	Presente em cerca de 800 municípios mineiros por meio de convênios e escritórios; atende aproximadamente 350 mil produtores.	Registrou a adesão de 1.320 funcionários ao programa “Pacto por Resultados” em 2024 (programa de avaliação de resultados da empresa).
EMATER-RIO	Fundada em 1975, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional do Interior, Pesca e Agricultura Familiar do Rio de Janeiro (SEDIPAF).	Assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores, capacitação, inclusão social, apoio à agricultura familiar e preservação ambiental.	Atua em todos os municípios do estado por meio de 79 escritórios locais, atendendo mais de 34 mil produtores rurais.	Mais de 600 funcionários, organização pública de porte médio-grande.
INCAPER-ES	Criado em 2000 e vinculado à Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag).	Programas de fortalecimento da cafeicultura, produção sustentável, inovação e manejo integrado (modelo integrado: pesquisa + ATER)	Atuação estadual com escritórios, fazendas experimentais e centros de pesquisa por meio de 82 unidades administrativas.	Mais de 300 funcionários e em 2023 registrou mais de 73 mil atendimentos de ATER a produtores.
CATI (SP)	Criada em 1967 e vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.	Prestação de serviços ATER, capacitação e execução de políticas estaduais de desenvolvimento rural, produção vegetal e animal (modelo de execução estadual diferente da “EMATER” típica).	Rede de Casas da Agricultura distribuídas em todo o estado por meio de 40 escritórios; atuação articulada com prefeituras e técnicos regionais.	O quadro de pessoal é administrado pela própria Secretaria; números exatos variam em mais de 1.000 funcionários.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados de EMATER-MG; EMATER-RIO; INCAPER; CATI.

Observa-se que a EMATER-MG se destaca pela abrangência e estrutura, sendo considerada a maior empresa pública de extensão rural do país. A EMATER-RIO tem um importante papel na integração de política de agricultura familiar, enquanto o Incaper apresenta um modelo diferenciado ao integrar pesquisa e ATER em uma única instituição. A CATI-SP, por outro lado, mantém uma estrutura descentralizada com forte presença municipal. Essas diferenças refletem a diversidade de arranjos institucionais dentro da região Sudeste e ajudam a compreender as variações nas políticas e práticas de extensão rural entre os estados.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter descritivo e histórico-analítico, fundamentado principalmente em análise documental e pesquisa bibliográfica de 47 fontes, em um período de quatro meses, entre agosto e novembro de 2025. O objetivo central foi compreender o processo de formação, evolução e reestruturação das instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo como foco a trajetória da EMATER-MG, INCAPER, CATI e EMATER-RIO.

#### 3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental consistiu na coleta, leitura e interpretação de fontes primárias oficiais, tais como:

- Decretos estaduais, leis, portarias, convênios e resoluções pertinentes à criação, transformação e reorganização institucional.
- Relatórios administrativos e técnicos disponibilizados pelas empresas estaduais de ATER.
- Diários Oficiais dos Estados, utilizados para confirmar datas e alterações administrativas.
- Planos estratégicos, relatórios anuais e legislações internas.
- Memoriais institucionais e materiais internos como a Linha do Tempo da EMATER-MG enviada por e-mail pelo Museu Mineiro de Extensão Rural.

Essa etapa permitiu reconstruir a linha do tempo histórica de cada instituição, identificando seus marcos legais, mudanças de estrutura, vinculações administrativas, políticas de governo e programas executados em diferentes períodos.

#### 3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica envolveu o levantamento e análise de livros, artigos científicos, teses, dissertações e publicações institucionais que discutem a trajetória da extensão rural no Brasil. Foram utilizados, entre outros:

- Documentos comemorativos, como Incaper 50 anos (2021) e Revista Especial Casa da Agricultura – 50 anos (CATI, 2018);
- Obras sobre a história da extensão rural brasileira e sua relação com o crédito rural orientado, movimentos rurais e políticas públicas;
- Publicações científicas disponíveis em bases acadêmicas, além de bibliotecas digitais das universidades federais.

### 3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Após o levantamento das fontes, realizou-se uma sistematização cronológica, comparando-se:

1. Contextos históricos de criação das instituições;
2. Modelos de atuação extensionista adotados em cada estado;
3. Fases de expansão, integração com pesquisa, retração e reestruturação;
4. Impactos das políticas nacionais, como a criação e extinção da EMBRATER e o avanço das políticas neoliberais nos anos 1990;
5. Situação e desafios contemporâneos da ATER pública estadual.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS (EMATER-MG)

A história da EMATER de Minas Gerais está diretamente relacionada com as primeiras experiências sistematizadas de extensão rural no Brasil, já que entre suas reestruturações é considerada a primeira instituição de extensão rural do país. Em um contexto discutido anteriormente neste trabalho, sabe-se a grande influência americana na extensão rural brasileira, consolidando-se especialmente a partir do convênio firmado em 1948 entre o governador de Minas Gerais, Milton Soares, e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), dando origem à Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG).

O corpo técnico da ACAR era composto inicialmente por dois representantes do governo mineiro e dois representantes da AIA e como presidente o norte-americano Walter L. Crawford, responsável por implantar a metodologia de trabalho extensionista baseada na integração entre agricultura, economia doméstica e organização comunitária. Em 1949 a ACAR desenvolveu trabalhos pioneiros voltados à modernização da agricultura mineira, como ações de combate ao carrapato, difusão do uso do milho híbrido, difusão do uso de Silo Trincheira, melhoria e saneamento das moradias, uso da capineira e utilização de adubação química (Gonçalves, 2012).

Um importante marco para a extensão rural do estado foi através da Lei Estadual nº272 de 1948, que transformou a antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV) em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), incorporando em sua estrutura um Serviço de Extensão e Experimentação Rural, articulando ensino, pesquisa e extensão. A UREMG tornou-se a principal parceira educacional da ACAR-MG (Peixoto, 2008).

Em 1951, a Lei Estadual nº 773 autorizou a renovação do convênio com a AIA, garantindo a continuidade do financiamento e permitindo o intercâmbio técnico, levando extensionistas de mais de trinta países visitarem Minas Gerais para receberem treinamento sobre a metodologia de extensão associada ao crédito. No ano seguinte, um novo convênio foi assinado entre a ACAR, a Secretaria de Agricultura e a UREMEG formalizando a cooperação técnico-científica que seria essencial para a formação de extensionistas (EMATER-MG, 2025).

Ainda em 1952, a ACAR participou da criação do primeiro Clube 4-S do Brasil, em Rio Pomba, inspirado no modelo norte-americano, o 4-S mineiro significava: Saber, Sentir, Saúde e Servir, uma iniciativa voltada à formação de jovens rurais e à educação comunitária. Além disso, a ACAR e a UREMG ofereceram um curso de capacitação de sete semanas em Viçosa, preparando extensionistas e supervisoras domésticas em temas como nutrição, horticultura, puericultura, carpintaria e organização de clubes agrícolas (Gonçalves, 2012).

Em 1954, o êxito mineiro inspirou a criação da Associação Nordestina de Crédito Rural (ANCAR), e em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), com apoio direto da ACAR-MG. Esse marco consolidou o modelo mineiro como referência nacional, levando à criação de instituições congêneres no Espírito Santo (ACARES), Paraná (ACARPA) e Santa Catarina (ACARESC) (Peixoto, 2008).

Entre 1957 e 1959, a ACAR-MG estruturou seu planejamento de longo prazo, implantou o Centro de Ensino de Extensão (CEE) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, e lançou o primeiro projeto de reflorestamento para pequenos produtores em Paraopeba. A década de 1960 consolidou a expansão territorial da instituição, que passou a atuar em grande parte dos municípios mineiros, promovendo a integração entre pesquisa, assistência técnica e políticas de crédito rural (EMATER-MG, 2025).

Em 1963 a ACAR-MG passou por uma nova fase, começou a trabalhar com o crédito rural orientado e foi adaptando-se às diretrizes do SNCR, criado em 1965 e a Circular nº 120 do Banco Central em 1968, que reconheceram o papel estratégico das entidades de extensão na modernização produtiva e financeira da agricultura, permitindo maior capilaridade na oferta de assistência técnica e extensão rural em todo o estado (EMATER-MG, 2025).

O reconhecimento formal da ACAR como órgão oficial de execução das políticas de assistência técnica do governo estadual ocorreu com o Decreto nº 14.413, de 1972, que estabeleceu sua função de cooperação técnica nos programas agropecuários de Minas Gerais. Essa ação serviu de base para a transição ao novo modelo nacional implementado pelo governo federal em 1974, com a criação da EMBRATER, substituindo a ABCAR e uniformizando as diretrizes de ATER em âmbito nacional (Peixoto, 2008).

Através da Lei Estadual nº 6.704, de 28 de novembro de 1975 a ACAR-MG foi oficialmente transformada em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), incorporando o quadro técnico, o patrimônio e a ideia extensionista da antiga

associação. A empresa consolidou a integração entre assistência técnica, educação rural e políticas públicas, fortalecendo sua atuação e sua rede de escritórios locais (Peixoto, 2008).

A extensão rural passou por um período difícil diante da extinção da EMBRATER, após o Banco Central do Brasil em 1982 retirar da assistência técnica os projetos de crédito rural, ficando o Sistema Brasileiro de Extensão Rural sem uma coordenação nacional. Mesmo diante deste cenário a EMATER adotou uma abordagem voltada à organização comunitária e ao associativismo, estimulando a formação de cooperativas, conselhos comunitários e feiras agropecuárias (EMATER-MG, 2025).

Nos anos 1990, a instituição passou por reformas administrativas e tecnológicas, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Empresarial (PDE) em 1991, e fortaleceu sua presença institucional com o programa Minas Rural, lançado em 1994, que ampliou a comunicação entre a empresa e o público atendido. A EMATER-MG teve papel central na implementação do PRONAF, criado em 1995, tornando-se referência na gestão estadual do programa (IPEA, 2019).

Durante os anos 2000, a empresa ampliou sua atuação com foco em sustentabilidade, renda e valorização de produtos regionais, implementando programas como o Pró-Renda Rural-MG (1998), o Programa de Apoio aos Queijos Artesanais (2002), o Projeto de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (2008) e o Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado em 2010, em alinhamento com as políticas ambientais do Ministério da Agricultura (EMATER-MG, 2025).

Na última década, a EMATER-MG vem consolidando sua imagem como referência em sustentabilidade, certificação e inovação rural, por meio de programas como o Certifica Minas (2018) e o Minas Pecuária (2021), além de ter aderido ao Pacto Global da ONU em 2022, reafirmando o compromisso institucional com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (EMATER-MG, 2025).

Com presença em mais de 800 municípios, estrutura descentralizada e quadro técnico altamente qualificado, a EMATER-MG mantém-se, até os dias atuais, como a maior empresa pública de assistência técnica e extensão rural do Brasil, sendo responsável por promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do meio rural mineiro (Governo de Minas, 2025).

#### 4.2 EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EMATER-RIO)

A história da extensão rural no estado do Rio de Janeiro possui características distintas das demais experiências do Sudeste, porque seu desenvolvimento ocorreu em meio a sucessivas reorganizações administrativas decorrentes das transformações territoriais do próprio estado.

O espaço agrário fluminense se modificava conforme o ritmo de desenvolvimento econômico, especificamente entre os anos de 1960 e 1975 foi dividido em Estado do Rio de Janeiro e Estado de Guanabara (Paiva, 2024).

As primeiras iniciativas sistemáticas de assistência técnica rural começaram na segunda metade da década de 1950, quando o governo estadual, em parceria com a ABCAR, estruturou serviços extensionistas baseados no modelo mineiro da ACAR-MG. No Rio de Janeiro a instituição precursora direta da EMATER-RIO e a primeira instituição pública responsável pelo setor rural fluminense foi a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro (ACAR-RJ), criada em 1958 (Borges, 2008).

Um marco importante para sua consolidação foi o Decreto nº 50.622, de 18 de maio de 1961, que declarou a ACAR-RJ como entidade de utilidade pública, possibilitando firmar convênios com órgãos governamentais e captar recursos para ampliar sua rede de escritórios e ações extensionistas no território fluminense. Esse reconhecimento institucional reforçou o papel da associação como agente estratégico na promoção do desenvolvimento rural (Borges, 2008).

Nesse período, escritórios locais e equipes multiprofissionais passaram a atuar principalmente na Zona da Mata, Região Serrana e Norte Fluminense, com foco na modernização da produção de café, na organização de pequenos produtores (Paiva, 2024).

O grande feito da ACAR RJ foi na adoção do crédito rural educativo supervisionado, onde o financiamento era condicionado ao acompanhamento e à adoção das práticas técnicas recomendadas, garantindo um uso mais eficiente e educativo dos recursos (Borges, 2008).

Inspirado no modelo de extensão rural da ACAR MG, o foco do trabalho da ACAR RJ não era apenas o produtor (homem), mas a família rural como unidade produtiva e social, promovendo a melhoria das condições de saúde, nutrição e saneamento básico no lar. Além

disso, foram criados os Clubes 4S, que envolviam jovens em projetos práticos de agricultura e economia doméstica (Peixoto, 2008).

A ACAR-RJ concentrou esforços em programas de combate a pragas, melhoria de solos, manejo de pastagens, e principalmente na difusão de tecnologias agrícolas simples, mas até então pouco acessíveis ao produtor rural fluminense. A extensão buscava demonstrar técnicas na prática, eram utilizadas as Unidades Demonstrativas (UDs) e as Demonstrações de Resultados (DRs), servindo de exemplo para toda a comunidade, assim como dias de campo e visitas às propriedades (EMATER-RIO, [s.d.]).

Na década de 60, com a expansão da ABCAR em nível nacional, a ACAR-RJ passou a integrar projetos de desenvolvimento regional, articulando-se a prefeituras, cooperativas e escolas agrícolas. Entre as ações estruturantes desse período, destacam-se: a instalação de escritórios locais de extensão em municípios do interior do estado; a formação de um corpo técnico especializado, composto por agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e economistas domésticas; e a implementação de planejamento de trabalho participativo, que envolvia o contato direto com comunidades rurais para identificação de demandas e definição de prioridades. A instituição alcançou milhares de produtores, com destaque para a assistência em culturas como arroz, milho, mandioca, banana e citros.

Dois fatores importantes levaram à criação da EMATER-RIO, em 1974, o cenário institucional nacional se transformou com a extinção da ABCAR e criação da EMBRATER em um movimento nacional de estatização, as ACARs estaduais foram transformadas em EMATERs. Além disso, a transição coincidiu com a fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado de Guanabara, determinada pela Lei Complementar nº20, sendo efetivada em 1975, houve dificuldades de integração entre diferentes culturas institucionais — uma voltada para a agricultura interiorana e outra para iniciativas periurbanas (Paiva, 2024).

A ACAR-RJ foi oficialmente sucedida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO), instituída pelo Decreto-Lei nº 160, de 1º de julho de 1975, e iniciou suas atividades formais em 1976. Tornou-se uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento. A nova empresa herdou todo o capital humano, a estrutura física (como escritórios locais e o Centro de Treinamento) e os recursos da ACAR-RJ (Borges, 2008).

Logo em seu primeiro ano, a EMATER-RIO manteve um alto volume de atendimento, prestando assistência direta a mais de 36 mil agricultores e pecuaristas, dando continuidade às ações em bovinocultura, olericultura e fruticultura (Borges, 2008).

A instituição passou a ter maior influência da política federal, que direcionava a assistência técnica para os setores priorizados de modernização agrícola, embora o trabalho com a agricultura familiar e social realizado pela ACAR permanecesse como base de sua atuação até os dias atuais (Borges, 2008).

A história da EMATER-RIO, portanto, é a própria evolução da Extensão Rural fluminense, passando de um modelo associativo e social (ACAR) para um modelo empresarial e estatal (EMATER), mas mantendo sempre o papel vital de elo entre o produtor e as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Neste período a EMATER-RIO sob coordenação da EMBRATER priorizou a assistência técnica visando a modernização da produção e o aumento da produtividade. Entre seus feitos iniciais está a elaboração de projetos de crédito rural para a aquisição de insumos industrializados e máquinas, fundamentais para modernizar e viabilizar a produção agrícola fluminense (Peixoto, 2008).

A empresa consolidou sua presença em praticamente todos os municípios do novo estado, pós fusão, já em 1978, criou programas temáticos voltados para o fortalecimento de cadeias produtivas, como leite, mandioca, feijão, horticultura e fruticultura, além da ampliação do trabalho social com mulheres e jovens rurais e ações de conservação de solos e recursos hídricos. Além disso, ampliou suas ações para atender a novos públicos, como os pescadores artesanais, além de reformar sua estrutura de capacitação (EMATER-RIO, [s.d.]).

A partir de 1989, com a extinção da EMBRATER a EMATER-RIO enfrentou um período de redução orçamentária, sem reposição adequada de recursos pelo Estado, passou por sucessivas mudanças de vinculação governamental e redução do quadro técnico, resultando na diminuição da capilaridade e da capacidade de atuação continuada nos territórios rurais fluminenses, tendo que adaptar-se a adoção de novas abordagens. Reforçando ações de cidadania e valorização do produtor rural, foram realizadas campanhas de emissão de documentos (como o atestado de produtor rural e a Carteira do Produtor Rural) e palestras sobre direitos sociais, essenciais para o reconhecimento legal do agricultor. Além disso, passou a

estimular o associativismo rural autônomo, reconhecendo a organização dos produtores como fundamental para o desenvolvimento e para o acesso a políticas públicas (Silva, 2004).

Nos anos 2000, a EMATER-RIO foi incorporada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (SEAPPA), a empresa passou por uma reformulação em sua atuação geográfica, diferente de antes, não possui mais técnicos para cada município, atuando agora nos principais municípios de uma determinada região e prestando assessoria aos municípios de seu entorno (EMATER-RIO, [s.d.]).

Um importante marco da evolução recente foi o alinhamento com a agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável. Passou a atuar articulada a programas estaduais e federais como o PRONAF, PAA e o PNAE, contribuindo para inserir agricultores familiares em mercados institucionais, fortalecer redes territoriais de produção e valorizar práticas sustentáveis (EMATER-RIO, [s.d.]).

Atuou também em iniciativas de grande impacto como o Projeto Rio Rural (2005–2018), financiado em parceria com o Banco Mundial, que promoveu a gestão participativa do território, a conservação de recursos naturais e o fortalecimento de associações rurais em mais de 70 municípios, resultando na execução de milhares de microprojetos comunitários (Hissa, 2023).

Além do Programa Rio Genética, que foi instituído pelo Decreto Estadual nº 40.939, de 12 de setembro de 2007, com o objetivo de melhorar a qualidade genética do rebanho bovino por meio da disseminação de matrizes e reprodutores de alto desempenho, serviços de inseminação artificial, manejo nutricional e capacitação de produtores. O programa teve impacto significativo na pecuária de corte e leiteira, especialmente nas regiões Serrana, Médio Paraíba e Costa Verde (Hissa, 2023).

Atualmente a Empresa encontra-se vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Interior, Pesca e Agricultura Familiar (SEDIPAF). Mantém foco estratégico na recuperação ambiental, segurança hídrica e na articulação de mercados locais e institucionais (EMATER-RIO, [s.d.]).

Após a fusão entre o antigo Estado do Rio e a Guanabara, em 1975, e a criação da EMATER-RIO, houve dificuldades de integração entre diferentes culturas institucionais — uma voltada para a agricultura interiorana e outra para iniciativas periurbanas. Essa

complexidade foi agravada pela extinção da EMBRATER em 1989, que reduziu drasticamente o financiamento federal para a extensão rural. Sem reposição adequada de recursos pelo Estado, a EMATER-RIO passou por sucessivas mudanças de vinculação governamental, cortes orçamentários e redução do quadro técnico, resultando na diminuição da capilaridade e da capacidade de atuação continuada nos territórios rurais fluminenses. Assim, embora tenha desenvolvido projetos relevantes, sua atuação permaneceu fragmentada e vulnerável à oscilação política (Silva, 2004).

#### 4.3 INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER)

A trajetória do Incaper está ligada à evolução institucional da assistência técnica e da pesquisa agrícola no Espírito Santo. Assim como em outros estados brasileiros, a extensão rural capixaba teve início sob forte influência do modelo mineiro, disseminado nos anos 1950 devido à atuação da ABCAR. Nesse contexto, foi criada, em 1956, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (ACARES), tendo como objetivo levar assistência técnica ao pequeno agricultor, articulando orientação agrícola com crédito rural supervisionado, buscando simultaneamente aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida das famílias rurais (INCAPER, [s.d.]).

Inicialmente a ACARES foi formada por três funcionários, e seu primeiro escritório foi inaugurado no interior do estado, na cidade Domingos Martins. Uma característica representativa da associação era envolver a comunidade em todo o planejamento de atividades rurais, buscando desenvolver ações que atendessem as reais necessidades de cada localidade. Entre o final da década de 1950 e o início dos anos de 1970 a instituição ampliou seus escritórios locais e passou a atuar de forma sistemática em boa parte dos municípios do Estado, estruturando uma rede capilarizada de extensão. Essa expansão foi acompanhada pela diversificação dos programas técnicos e pela intensificação do trabalho voltado à organização comunitária e ao fortalecimento da economia rural (Fassio, 2006).

Durante esse período, a ACARES desenvolveu ações decisivas na modernização de cadeias produtivas estratégicas, especialmente a avicultura e hortifruticultura, através do primeiro curso para avicultores, introduzindo práticas de manejo, melhoramento genético, organização de unidades demonstrativas e incentivos à comercialização integrada. A partir dessas iniciativas, mais para frente, em 1966, é criada a Central das Cooperativas Avícolas do Espírito Santo

(Centralcope). Essas ações contribuíram para que o Espírito Santo deixasse gradualmente de depender de produtos importados de outros estados, tornando-se exportador de avícolas e hortigranjeiros, fortalecendo cadeias produtivas locais (Fassio, 2006).

Ao longo da década de 1960, a ACARES foi diretamente impactada pelas transformações estruturais da economia rural capixaba, especialmente pela Crise do Café, que resultou em programas federais de erradicação e renovação dos cafezais. Com o declínio da rentabilidade do café, principal base econômica do Espírito Santo, o estado vivenciou um período de instabilidade econômica e social, resultando no êxodo de cerca de 200 mil trabalhadores do campo para os centros urbanos (Fassio, 2006).

Nesse contexto, a ACARES assumiu papel central na orientação de agricultores afetados e elabora o primeiro Plano Diretor para o período de 1963/65, promovendo planejamento de lavouras, diversificação produtiva e introdução de culturas alternativas, com foco em aumentar a renda do setor rural (Fassio, 2006).

Simultaneamente, a ACARES passou a adotar o modelo de Crédito Rural Orientado já em 1960, no qual o extensionista auxiliava o produtor na elaboração do financiamento e acompanhava diretamente a aplicação dos recursos, garantindo que fossem investidos de forma adequada na produção, infraestrutura e, quando necessário, em melhorias habitacionais das famílias rurais. Os resultados são positivos o que leva o Governo do Estado a criar a Carteira Agrícola do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (BCAES), atual Banestes (Fassio, 2006).

Paralelamente, a ACARES exerceu papel decisivo na introdução e adaptação de novas culturas, como a pimenta-do-reino no norte capixaba. Em 1967, técnicos da instituição instalaram Unidades de Observação, que permitiram definir níveis econômicos de adubação, manejo e práticas de cultivo, resultando em rápida expansão da cultura e geração de renda regional. Esse exemplo ilustra a lógica extensionista da época: pesquisa empírica em campo, demonstração e difusão, sustentada pela experimentação adaptativa no próprio território (Fassio, 2006).

Ao mesmo tempo, a instituição fortaleceu dimensões educativa e de mobilização social da extensão rural. Foram criados clubes de jovens e de mulheres rurais, programas de formação de lideranças e espaços comunitários de aprendizagem, visando desenvolver competências, autonomia e cooperação entre agricultores. Nesse contexto, destaca-se a criação do Centro de

Atualização de Lideranças Rurais (Calir), voltado à capacitação de extensionistas, produtores e organizações rurais, contribuindo para consolidar um ambiente de gestão social, associativismo e cooperativismo (Fassio, 2006).

Em 1973, com o avanço da diversificação agrícola, surgiu a necessidade de um apoio técnico-científico contínuo e, como parte de uma estratégia estadual de estruturar a pesquisa agropecuária, foi criada a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) (INCAPER, 2013).

Essa nova instituição assumiu a responsabilidade pela pesquisa agrícola aplicada, com foco inicial em programas de melhoramento genético do café, resultando em variedades de café arábica e conilon adaptadas às diferentes altitudes e microclimas do Estado. Esse trabalho foi determinante para a recuperação e posterior fortalecimento da cafeicultura capixaba. Destacam-se também pesquisas com mamão, abacaxi, banana-prata e o controle biológico das cigarrinhas-das-pastagens (Fassio, 2006).

Além disso, outros importantes focos da EMCAPA foram o desenvolvimento de tecnologias de manejo de pastagens, avicultura, suinocultura e impulsionamento da soja, que começava a ganhar relevância em algumas regiões do estado. Os resultados obtidos com as pesquisas contavam com o auxílio da EMATER-ES (criada em sequência) para chegar aos agricultores. A criação da EMCAPA marca o início de uma separação institucional entre pesquisa (EMCAPA) e extensão (ACARES), alinhada ao modelo nacional coordenado pela EMBRATER (Fassio, 2006).

Logo depois, em 1974 foi criada a Empresa Espírito-Santense de Pesquisa em Pecuária (EMESPE), voltada principalmente ao melhoramento genético dos rebanhos bovinos e ao suporte técnico à pecuária no Estado, reforçando a necessidade de avanços tecnológicos em bovinocultura de leite e corte, nutrição animal e controle sanitário (Fassio, 2006).

A existência simultânea de ACARES, EMCAPA e EMESPE revelou um modelo em que pesquisa e extensão técnica estavam segmentadas, porém atuando de forma complementar.

Entretanto, a partir de 1974 com a criação da EMBRATER pelo governo federal, a política nacional de extensão rural passou por uma reorganização e padronização dos serviços de assistência técnica, substituindo antigas associações estaduais por empresas públicas estaduais. Nesse contexto, a ACARES foi transformada em Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Espírito Santo (EMATER-ES), instituída pela Lei nº 3.006, de 11 de novembro de 1975, que transferiu para a nova empresa todo o acervo técnico, administrativo e patrimonial da ACARES, bem como a responsabilidade pela execução dos serviços de extensão rural no Estado (INCAPER, 2013).

A criação da EMATER-ES não significou a extinção das outras instituições já existentes: a EMCAPA continuou responsável pela pesquisa agrícola, e a EMESPE manteve suas atividades na área de pesquisa pecuária. No entanto, a partir da reorganização estadual, a extensão rural ficou centralizada na EMATER-ES, enquanto a produção de conhecimento permaneceu distribuída entre EMCAPA e EMESPE, fortalecendo a divisão entre geração de tecnologia e assistência técnica ao produtor (Fassio, 2006).

A EMATER-ES sistematizou a atuação extensionista do estado: ampliou a rede de escritórios municipais e regionais, profissionalizou e especializou equipes (engenheiros agrônomos, técnicos em economia doméstica, zootecnistas etc.). Durante a década de 1970, o foco esteve no reordenamento produtivo rural, incentivando práticas de manejo mais eficientes e promovendo o uso de insumos agrícolas com base em acompanhamento técnico. Já na década de 1980, a instituição atuou fortemente na organização social do meio rural, auxiliando na criação de associações, cooperativas e conselhos comunitários, fortalecendo a participação social e contribuindo para que agricultores familiares tivessem maior poder de negociação e acesso a mercados (Fassio, 2006).

Em 1984 a EMCAPA foi reestruturada transformando fazendas experimentais em estações experimentais, possibilitando maior integração das ações de pesquisa com os locais de foco e maior aproximação dos serviços de pesquisa com os produtores. Destaca-se em 1985 o Projeto Articulação Pesquisa/Extensão, com foco em atender um maior número de produtores principalmente através da realização de mais eventos, conduzido pela EMCAPA e EMATER (Fassio, 2006).

Em 1986, o milho era a cultura mais plantada do estado; foi então que a EMCAPA lançou a primeira variedade de milho 'EMCAPA 201' através de um trabalho de melhoramento genético, apresentando alto rendimento, precocidade e maior produtividade. Neste período, trabalhando de maneira integrada, a EMATER-ES realiza um dia de campo sobre milho irrigado, difundindo conhecimento e avançando na produção (Fassio, 2006).

Durante a década de 90, em um contexto de globalização da economia, políticas ambientais e de agricultura familiar ganham centralidade. A EMATER-ES intensifica parcerias com as prefeituras e secretarias municipais de agricultura, e a EMCAPA continuou desenvolvendo cultivares, promovendo programas de revitalização de lavouras e ampliando a difusão tecnológica com o lançamento de algumas variedades, principalmente do café Conilon e de grãos como o feijão preto e carioca. Um marco relevante foi a participação da EMATER-ES na implementação do PRONAF, a partir de 1995. A instituição atuou na elaboração e acompanhamento de projetos de crédito, garantindo que os financiamentos fossem aplicados de forma adequada, integrando planejamento produtivo e acompanhamento técnico rural (Fassio, 2006).

A partir disso, o Espírito Santo passou por reconfigurações administrativas e em 1996 parte da Emespe foi incorporada pela EMATER-ES, já em 1999 a EMATER-ES incorporou a EMCAPA, foi um movimento decisivo que unificou pesquisa e extensão em uma única empresa, denominada EMCAPER (Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) com objetivo explícito de aproximar a geração de conhecimento das ações de campo, reduzir perdas na transferência tecnológica e ampliar a capacidade de planejar políticas públicas integradas (INCAPER, 2013).

Logo depois, em 2000 o processo de integração foi consolidado e a EMCAPER transformou-se em autarquia estadual, passando a se chamar Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). A nova denominação refletiu não apenas uma mudança de nome, mas a formalização do papel estratégico do instituto como órgão de Estado, e não apenas como executor de programas governamentais. Com isso, o Incaper passou a atuar de modo estruturado em três dimensões: pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, e gestão do conhecimento agropecuário, ampliando sua capilaridade em todo o território capixaba (Fassio, 2006).

No início dos anos 2000, o Instituto coordenou o Programa de Qualidade de Vida no Campo, que envolveu ações de saneamento rural, melhoria da moradia campesina, educação nutricional, organização comunitária e valorização da cultura local, articulando prefeituras, escolas agrícolas e movimentos rurais. Em 2003 o Incaper participou ativamente da formulação e execução do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura Capixaba, que orientou o Estado na definição de prioridades produtivas e regionais. Esse plano estabeleceu diretrizes como: diversificação agrícola, fortalecimento de mercados locais, ampliação da

assistência técnica, incentivo à agroindústria familiar e sustentabilidade ambiental (Fassio, 2006).

Além disso, o Incaper reforçou sua atuação na fruticultura, priorizando culturas capazes de gerar renda rápida e contínua para pequenas propriedades. Foram desenvolvidas ações de capacitação técnica, manejo integrado de pragas, irrigação localizada e organização de polos produtivos, especialmente na fruticultura de clima tropical, com destaque para banana, mamão, abacaxi, goiaba, citros e morango. Na cadeia do café, o Incaper consolidou um dos principais marcos da sua história: o lançamento da variedade clonal “Conilon Vitória – Incaper 8142”, resultado de anos de pesquisa iniciados ainda na EMCAPA. A variedade, lançada oficialmente entre 2002 e 2004, tornou-se referência nacional (Fassio, 2006).

Desde então, o INCAPER passou a atuar de forma integrada, promovendo ações que vão desde o melhoramento genético de plantas e animais, passando pela organização social de produtores, até políticas de segurança alimentar, agroecologia, conservação ambiental e fortalecimento da agricultura familiar, tornando-se referência nacional na articulação entre pesquisa aplicada e extensão rural participativa e constituindo-se um dos modelos mais integrados de ATER no Brasil (INCAPER, [s.d.]).

#### 4.4 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI)

A trajetória da extensão rural em São Paulo apresenta características particulares, pois diferentemente dos outros Estados do Sudeste, São Paulo não adotou o modelo ACAR associado ao crédito rural orientado difundido pela AIA. No estado, o processo se estruturou a partir de instituições próprias de pesquisa agrícola e assistência técnica regional (CATI, 2017).

O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), criado em 1887, foi um exemplo dessa estruturação, surgiu da necessidade de investir em melhorias para a cultura cafeeira que era a motriz econômica de Campinas e região. Em 1892 passou para a administração do Estado de São Paulo, posteriormente em 1909 iniciou o desenvolvimento de pesquisas para novas culturas. Além disso, atuava com o apoio da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), que dava suporte à produção agrícola a partir de estudos sobre café, fertilidade de solos e fitotecnia (Racy, 2020).

Desde o início a assistência técnica paulista teve forte articulação com a pesquisa, até que em 1942 foram criadas as Casas da Lavoura, como postos municipais de assistência técnica

ligados à Secretaria de Agricultura estadual, voltadas ao atendimento da população rural, consideradas o embrião da futura extensão rural paulista (Silva, 2012).

Entre os anos de 1942 e 1950, passaram a contar com agrônomos regionais, responsáveis por visitas às propriedades, demonstrações de cultivo, manejo de solo, irrigação e saneamento rural. A ação extensionista também incluía cursos em praças públicas, campanhas fitossanitárias e programas de mecanização agrícola promovidos diretamente pelo Estado. Neste período, a Secretaria de Agricultura organizou novos Departamentos Técnicos Especializados, como os de Sementes e Mudanças Certificadas, Mecanização Agrícola, Defesa Sanitária Vegetal e Animal e Inspetorias Agrícolas Locais (CATI, 2017).

Ou seja, em São Paulo, a extensão foi originalmente estatal e descentralizada, e não um modelo associativo financiado por acordos internacionais, como ocorreu em Minas Gerais com a AIA.

A partir dos anos 1960, a extensão rural paulista passou por um processo de modernização organizacional, influenciada tanto pela formação de profissionais quanto pela adoção de novos métodos de ensino. A grande virada institucional ocorre na Reforma Administrativa de 1967, quando a Secretaria Estadual da Agricultura reorganiza seus serviços e cria um setor especificamente voltado à assistência técnica. Então é criada a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), com a finalidade de integrar pesquisa, extensão rural, insumos e apoio à gestão produtiva no campo, estruturando um modelo próprio e estadual de extensão rural (Silva, 2012).

Um marco importante na criação da CATI influenciado pelo consultor francês Charles Margueres, que promoveu uma extensão de caráter educacional de massa, foram as capacitações coletivas, demonstrações práticas e forte uso de comunicação agrícola como ferramenta metodológica. Os extensionistas passaram a atuar como Agentes de Assistência Técnica Educacional (ATEs), reforçando o papel formativo da extensão (Silva, 2023).

Nos anos 1970, a CATI fortaleceu sua atuação junto ao processo nacional de modernização da agricultura. Nesse período, ocorreu a implantação do SIBRATER e, posteriormente, da EMBRATER, criada em 1974, articulada com a EMBRAPA (Silva, 2023).

A CATI passou a atuar de forma integrada a esse sistema, ampliando o acesso ao crédito e disseminando pacotes tecnológicos baseados em mecanização, uso de sementes certificadas e

adubação química. Além disso, a rede das Casas da Agricultura foi expandida, consolidando uma presença territorial capilarizada, o que permitiu maior acompanhamento técnico das propriedades rurais e cooperação direta com prefeituras (Silva, 2012).

Neste período, uma iniciativa importante foi o Programa de Desenvolvimento do Oeste Paulista, que buscou enfrentar problemas estruturais daquela região, marcada por solos degradados, baixa produtividade e formas extensivas de uso da terra. Por meio dessa política, a CATI passou a difundir práticas de conservação do solo, correção da fertilidade, manejo de pastagens e adoção de cultivos mais adaptados às condições locais, articulando assistência técnica contínua e capacitação de agricultores, o que permitiu a reorganização produtiva de vastas áreas do território paulista (Silva, 2012).

Foram direcionados os principais programas de crédito para essa zona, entre eles estão o Pró-Álcool que impulsionou a expansão da cana-de-açúcar para produção de etanol, e a CATI atuou orientando produtores e difundindo tecnologias de cultivo. Já o Pró-Feijão focou no aumento da oferta e produtividade desse alimento básico, por meio de sementes melhoradas e capacitações técnicas. Ambos os programas articularam pesquisa e extensão rural, fortalecendo cadeias produtivas estratégicas no estado (Silva, 2012).

Nos anos 1980, ocorreu uma mudança importante no enfoque metodológico. A extensão rural paulista passou a compreender o agricultor como agente ativo do desenvolvimento, estimulando sua participação nas decisões produtivas e territoriais. Para sustentar essa nova abordagem, foram criados os Planos Agrícolas Municipais (PAMs) e fortalecidos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, espaços que permitiam ao agricultor participar do planejamento das ações locais da CATI (Silva, 2012).

Esse período também marca o início da descentralização administrativa, com a extinção da EMBRATER em 1989, sistema nacional de coordenação da extensão rural, os estados assumiram de forma mais autônoma a responsabilidade pela ATER. Em São Paulo, a CATI manteve sua atuação ao articular programas próprios e reforçar parcerias com prefeituras, cooperativas, associações de produtores e instituições de pesquisa estaduais. Foi nesse período que o enfoque da assistência técnica começou a incorporar a noção de desenvolvimento rural sustentável, incluindo manejo de recursos naturais, conservação de bacias hidrográficas e diversificação produtiva (Silva, 2012).

A década de 1990 foi decisiva para a extensão rural paulista, marcada pela formulação de políticas estruturantes voltadas para o desenvolvimento territorial e pela ampliação da participação social. Em 1994, destaca-se a concepção e implantação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, em parceria entre o Governo do Estado e organismos internacionais (como o Banco Mundial) (CATI, 2017; Macedo et al., 2025).

O objetivo era promover o uso sustentável do solo, recuperação ambiental e fortalecimento da agricultura familiar por meio de ações integradas de infraestrutura, assistência técnica, organização comunitária e estímulo ao associativismo. O Microbacias I tornou-se referência nacional em desenvolvimento rural participativo e permitiu a partir de 2011 a realização do Microbacias II, ampliando o enfoque para a competitividade econômica da agricultura familiar (CATI, 2017; Macedo et al., 2025).

Paralelamente, através do Decreto nº 57.340/2011, foi instituído o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que estabeleceu uma política estadual de compras públicas destinada à agricultura familiar. Nesse arranjo, o CATI passou a ter papel central na identificação, orientação e organização dos agricultores familiares aptos a fornecer alimentos para órgãos do Governo do Estado, assegurando mercado estável, geração de renda e estímulo à produção sustentável. Além desse, outros programas que se destacam são o PNAE, que determina que parte da alimentação adquirida pelas escolas públicas seja de origem da agricultura familiar, essa atuação foi complementada pelo (PAA), política federal voltada à compra direta da produção de agricultores familiares (Silva, 2012).

No campo da inovação agropecuária, entre os anos 2000 e 2020, o CATI também consolidou o Programa Estadual de Produção e Certificação de Sementes e Mudas, responsável pela multiplicação, registro e distribuição de materiais genéticos adaptados às condições ambientais paulistas, tornando o CATI referência nacional na área (Silva, 2012).

A trajetória da CATI evidencia seu papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, na organização produtiva e na promoção de tecnologias adaptadas ao meio rural paulista. Entretanto, a partir dos anos 2000, a instituição passou por sucessivas reestruturações administrativas.

Em 2019, a estrutura institucional passou por uma reconfiguração mais ampla, através do Decreto N° 64.131 a CATI foi incorporada à Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), por meio de reestruturação administrativa da Secretaria de Agricultura e

Abastecimento do Estado. Embora apresentada como modernização, essa mudança representou um retrocesso significativo para a extensão rural paulista, pois diversas Casas da Agricultura foram unificadas, algumas encerrando atendimento presencial, o que repercutiu diretamente na capacidade de atuação territorial e na continuidade de projetos técnicos locais (Silva, 2012).

Esse processo acompanha uma tendência nacional de fragilização das políticas públicas de extensão rural após a extinção da EMBRATER em 1990, marcada pela crescente transferência de responsabilidades para municípios e parcerias privadas. Ainda assim, a CATI permanece como referência técnica no estado, embora sua capacidade de atuação hoje dependa diretamente da retomada de políticas de Estado que revalorizem a ATER como serviço público essencial (FAO; INCRA, 2015).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da extensão rural no Brasil é marcada por ciclos de expansão, retração e reorganização institucional, refletindo tanto a política agrícola quanto os projetos de desenvolvimento adotados em diferentes períodos históricos. Desde o surgimento das primeiras instituições estaduais de assistência técnica, como a ACAR-MG em 1948, consolidou-se a compreensão de que a extensão rural deveria atuar como ponte entre pesquisa, políticas públicas e agricultores, promovendo inovação produtiva, organização social e melhoria das condições de vida no campo. Entretanto, essa trajetória não foi linear: mudanças estruturais, especialmente a partir da década de 1980, provocaram profundas reconfigurações que moldaram diferentes modelos nos estados.

Em Minas Gerais, conforme detalhado pela linha histórica da EMATER MG, houve uma construção institucional contínua, iniciada com a ACAR e reforçada durante a coordenação nacional da ABCAR e, posteriormente, com a criação da EMBRATER em 1974. Minas Gerais consolidou uma extensão pública capilarizada, presente na totalidade dos territórios rurais, apoiada no crédito orientado, formação de lideranças e organização cooperativa e comunitária. Mesmo após a extinção da EMBRATER em 1989, que causou desestabilização financeira e técnica em todo o país, a EMATER MG conseguiu preservar equipes, estrutura e metodologia, reorganizando-se internamente e mantendo protagonismo na agricultura familiar, agroindústria artesanal, cafeicultura, conservação ambiental e políticas sociais.

No Rio de Janeiro, as reestruturações institucionais foram ainda mais marcantes. A fusão entre o antigo Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro em 1975 gerou a necessidade de integrar sistemas administrativos distintos, o que coincidiu com a criação da EMATER-RIO. A instituição implementou programas relevantes, como ações de agroecologia, práticas agrícolas, pecuárias e agroindustriais. Todavia, diferentemente de Minas Gerais e Espírito Santo, o Rio de Janeiro enfrentou instabilidades administrativas recorrentes, mudanças frequentes de vinculação secretarial e financiamento irregular, o que dificultou a continuidade de ações estruturantes e fragilizou a construção de metodologias consolidadas de extensão.

No Espírito Santo, conforme apresenta o documento histórico do Incaper, a evolução institucional foi marcada por articulações entre pesquisa e extensão. A ACARES estruturou as primeiras ações extensionistas no Estado; posteriormente, a EMCAPA e a EMESPE consolidaram infraestrutura científica e capacidades técnicas voltadas à pecuária, cafeicultura e agroindústria. A criação do INCAPER em 2000 representou a integração formal entre

pesquisa e extensão, o que se mostrou fundamental para o desenvolvimento de tecnologias estruturantes, como o café Conilon Vitória, e para programas regionais estratégicos em fruticultura, irrigação, agroecologia e convivência com condições edafoclimáticas específicas. Nesse caso, observa-se que o Espírito Santo respondeu à desestruturação nacional da extensão fortalecendo a integração institucional, transformando a crise em oportunidade.

No estado de São Paulo, a história seguiu outro caminho. Como demonstrado nos documentos da CATI e nas normativas estaduais, a extensão foi desenvolvida não por uma EMATER estadual, mas por meio das Casas da Agricultura, vinculadas à Secretaria de Agricultura. Ao longo das décadas, o modelo paulista concentrou esforços em programas estruturantes como o Programa de Microbacias Hidrográficas, o Pró-Álcool, o Pró-Feijão e, mais recentemente, o PPAIS, além de políticas de certificação de sementes e de apoio à agroindústria familiar. No entanto, as reestruturações administrativas após os anos 2000 promoveram descontinuidade territorial e enfraquecimento da presença cotidiana da extensão no meio rural. Assim, apesar de possuir sólida experiência técnica acumulada, São Paulo apresenta hoje desigual capacidade de atendimento, particularmente em regiões com predominância de agricultura familiar.

Essas diferenças se tornaram mais evidentes após a extinção da EMBRATER em 1989, marco fundamental na história da extensão rural brasileira. Sem coordenação federal, financiamento contínuo e diretrizes metodológicas unificadas, cada estado passou a adaptar sua extensão ao seu contexto político e ao seu grau de valorização da agricultura familiar. O resultado foi um mosaico nacional heterogêneo: estados como Minas Gerais e Espírito Santo mantiveram instituições potentes e com presença territorial; São Paulo e Rio de Janeiro experimentaram retrações, lacunas e alternância de políticas.

Isso comprometeu a presença territorial, a formação continuada e a capacidade do Estado de promover estratégias estruturantes de desenvolvimento rural. Como consequência, em muitos contextos, a extensão passou de projeto de transformação socioeconômica a prestação pontual de serviços, frequentemente condicionada a programas governamentais de curta duração.

Hoje, apesar de avanços em programas federais e estaduais voltados à agricultura familiar, como o PNAE, o PAA e programas regionais de agroindústria, fruticultura, pecuária e café —

a ATER pública brasileira permanece em disputa. Parte dos estados busca fortalecer suas empresas públicas, enquanto outros enfrentam fragilização institucional.

Assim, a pergunta que orienta a reflexão atual é: o sistema de extensão rural que temos hoje é capaz de responder à complexidade do meio rural contemporâneo? A análise realizada sugere que não plenamente. A efetividade da ATER pública depende da recomposição de equipes, retomada da formação continuada, financiamento estável, integração entre pesquisa e extensão, e fortalecimento da participação social na definição das agendas de desenvolvimento rural.

Mais do que assistência produtiva, a extensão rural contemporânea deve voltar a ser política pública de desenvolvimento territorial e cidadania, voltada à sustentabilidade, autonomia, inclusão produtiva e garantia de direitos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliseu; SOUZA, Gabriel M. de. **Os agricultores e seus estabelecimentos: dados e índices selecionados do Censo Agropecuário de 2017**. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão nº 2444).
- BEDIAGA, Begonha. **Educação para o trabalho rural: o ‘asilo agrícola’ do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1869 – 1889**. *Revista Brasileira de História de Educação*, 2016, v. 16, n. 3, p. 123-143.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; THOMSON, Charles N. R.; BORSATTO, Ricardo Serra. **Da extinção da Embrater à criação da Anater: transformações na extensão rural pública brasileira**. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 312-368.
- BORGES, Marcio; ASSIS, Renato Linhares de. **Uma análise da política pública de assistência técnica e extensão rural existente no Estado do Rio de Janeiro aos produtores de leite: o caso Emater-Rio**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: [https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/38/APS-B887.pdf](https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/APS-B887.pdf). Acesso em: 19 jul. 2025.
- BRASIL. Extinção da Embrater: Decreto nº 99.060, de 7 de março de 1990. Extingue a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 mar. 1990.
- BRASIL. Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação do Estado do Rio de Janeiro e incorporação do Estado da Guanabara. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 1974.
- CAPORAL, Francisco Roberto; DAMBRÓS, Olivo. **Extensão rural agroecológica: experiências e limites**. 2017.
- CATI. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (SP). **Quem Somos**. São Paulo: CATI, [s. d.]. Disponível em: <https://www.agricultura.sp.gov.br/cati/>.
- DE CAMARGO MACEDO, A.; FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO, V.; SERRA BORSATTO, R. Dinâmicas da transferência de políticas de extensão rural: análise do estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 173-189, 2025. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2025.v28i1.610. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/610>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- EMATER-MG. **Linha do Tempo EMATER-MG**. Museu Mineiro de Extensão Rural. Belo Horizonte. 2025. 1 documento eletrônico (PDF). Documento institucional. Recebido por e-mail em: 21 out. 2025.
- EMATER-MG. **Página inicial**. Belo Horizonte: Emater-MG, [s.d.]. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2025.
- EMATER-RIO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro. **Quem somos**. São Paulo: CATI, [s.d.]. Disponível em: [https://www.rj.gov.br/emater/quem\\_somos](https://www.rj.gov.br/emater/quem_somos). Acesso em: 13 set. 2025

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 3.006, de 11 de novembro de 1975.** Cria a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo – EMATER-ES. Vitória: Governo do Estado, 1975. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/legislacao>. Acesso em: 01 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 4.903, de 20 de dezembro de 1993. Reestrutura a EMCAPA. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 1993.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 5.180, de 29 de dezembro de 1996. Integra parte da EMESPE à EMATER-ES. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 1996.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 5.808, de 26 de dezembro de 1998. Transforma EMATER-ES + EMCAPA em EMCAPER. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 1998.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 6.064, de 29 de dezembro de 1999. Institui o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2000.

FAO; INCRA. **Diretrizes para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília, DF: FAO/INCRA, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/incra>. Acesso em: 18. nov. 2025.

FASSIO, Levy Heleno; CASTRO, Lúcio. **Um documento histórico sobre o meio rural capixaba.** Vitória: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, 2006. 120 p.

GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. **Imagens rurais: uma análise da extensão rural em Minas Gerais através das fotografias da revista EMATER-MG.** Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2012. 169 p.

GOVERNO DE MINAS. **Emater-MG premia funcionários e escritórios com melhor desempenho em 2024.** Portal MG – Agricultura, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/noticias/emater-mg-premia-funcionarios-e-escritorios-com-melhor-desempenho-em-2024>. Acesso em: 2 out. 2025.

HISSA, Helga; ASSIS, Renato. **Aprendizados do ciclo do Programa Rio Rural na produção de políticas públicas.** Rio de Janeiro: Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1153414/1/Aprendizados-do-ciclo-do-Programa-Rio-Rural-2023.pdf>. Acesso em: 2 out. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Memória Digital** – Biblioteca Rui Tendinha. Vitória, 2013: INCAPER/Biblioteca Rui Tendinha, [s.d.]. Disponível em: <https://bibliotecaruitendinha.incaper.es.gov.br/memoria-digital>. Acesso em 10 out. 2025.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Quem Somos.** Espírito Santo: INCAPER, [s.d.]. Disponível em: [Incaper - História](#). Acesso em: 28 set. 2025.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório de atividades 2022.** Vitória, 2022. Disponível em:

[https://incaper.es.gov.br/Media/incaperes/relatorios/Relatorio\\_de\\_Atividades\\_2022.pdf](https://incaper.es.gov.br/Media/incaperes/relatorios/Relatorio_de_Atividades_2022.pdf). Acesso em: 15 out. 2025.

IPEA. **20 anos de PRONAF: resultados e desafios**. Brasília, DF: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2025.

JONES, Gwyn; GARFORTH, Chris. “A história, o desenvolvimento e o futuro da extensão agrícola”. *IN*: SWANSON, Burton et al. **Melhorar a Extensão Agrícola**. Um Manual de Referência. Roma: FAO, 1997, 316 p.

MILAGRES, Cleiton *et al.* **Manual da Extensão Rural prática coletiva, acesso ao mercado e monitoramento econômico para grupos sociais**. Palmas: EDUFT, 2023. Disponível em: [manual-extensao-rural-lv-2023.pdf](#). Acesso em: 10 out. 2025.

MINAS GERAIS. Decreto nº 14.413, de 5 de junho de 1972. Reconhece a ACAR-MG como órgão oficial de assistência técnica. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1972.

MINAS GERAIS. Lei nº 272, de 29 de dezembro de 1948. Cria a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1948.

MINAS GERAIS. Lei nº 6.704, de 28 de novembro de 1975. Transforma a ACAR-MG em EMATER-MG. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1975.

MINAS GERAIS. Lei nº 773, de 08 de dezembro de 1951. Renova o convênio com a Associação Internacional Americana (AIA) para manutenção da ACAR-MG. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1951.

OLIVEIRA, M. M. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil**. Brasília: EMBRAPA/SCT. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.16, n.2, p.97-134, maio/ago. 1999.

PAIVA, R. do Valle. **Esvaziamento e fragmentação dos serviços de extensão rural no Brasil: o caso do Estado do Rio de Janeiro**. ARACÊ, [S. l.], v. 6, n. 4, 2024.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. (Textos para Discussão nº 48).

RACY, Sandra. **Instituto Agrônomo de Campinas: ícone histórico da cidade e patrimônio brasileiro**. Campinas: Portal Campinas, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://campinas.com.br/aniversario-de-campinas/2020/07/instituto-agronomico-de-campinas-e-seus-133-anos-patrimonio-do-povo-brasileiro/>. Acesso em 2 nov. 2025.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 40.939, de 12 de setembro de 2007. Institui o Programa Rio Genética. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2007.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 50.622, de 18 de maio de 1961. Declara a ACAR-RJ entidade de utilidade pública. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1961.

RIO DE JANEIRO. Decreto-Lei nº 160, de 1º de julho de 1975. Institui a EMATER-RIO. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1975.

RIO DE JANEIRO. SEAPPA. Projeto Rio Rural – Relatório de Impactos 2005–2018. Rio de Janeiro: SEAPPA/Banco Mundial, 2019.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113–154, 1997.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **CATI 50 anos: história, programas e ações**. Campinas: CATI/CDRS, 2017. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SILVA, E. M. **História da Extensão Rural Paulista: da Casa da Lavoura à CATI**. Campinas: Instituto Agrônômico, 2012. Disponível em: <https://www.iac.sp.gov.br>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SILVA, Eduardo; MARAFON, Gláucio José. **A agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro**. Santa Cruz do Sul, RS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC, II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2004.

SILVA, Samuel. **Extensão rural e agroecologia: estudo bibliográfico da extensão rural no Estado de São Paulo e no município de Cândido Mota/SP**. Erechim: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2023. 65 f. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6949/1/SILVA.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2025.

SOUZA, Solange. **Clubes 4-S: memórias e histórias**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2015.